



## **São Luís do Maranhão sob as diretrizes do tecnocrata:**

a experiência tecnicista e modernizadora sob o governo de Paulo Ramos (1936-45)

**MARCELO LIMA COSTA\***

Este trabalho visa apresentar o processo de implante de um conjunto de novos saberes políticos-administrativos na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Como ponto de partida iremos interpretar a postura desenvolvimentista aplicada em 1936, com a chegada do novo governador, o burocrata Paulo Martins de Souza Ramos – e reafirmada em 1937 com o golpe do Estado Novo. A renovação administrativa do estado, introduzida pelo governador técnico repousaria na expertise de Ramos bem como nas questões da tão almejada extensa renovação urbanística da cidade. Para a execução dessa ampla renovação as atenções seriam primeiramente dadas ao âmbito administrativo, como passo fundamental para dar ao estado os elementos condignos à nova fase nacional e preparar o Maranhão e sua capital para os grandes projetos futuros. Era necessário que todos estivessem alinhados com a ideia desenvolvimentista da União e tal processo teve incidência na nova disciplina administrativa aplicada às coisas do governo, oriundas do suposto perfil apolítico de Ramos: um técnico, especialista em ciência jurídica, conhecedor das leis tributárias, fato que do ponto de vista dos ideólogos de então, era o que o Maranhão e o Brasil necessitavam. As intervenções no tecido urbano capitaneados pelo governo do estado e pela prefeitura da capital também eram importantes nesse contexto, uma vez que todas as iniciativas estavam alinhadas às diretrizes modernizantes do autoritarismo varguista, pois havia o propósito firme e decidido das figuras chefiadas por Ramos de romper com a rotina e abrir aos olhos dos homens inteligentes da cidade às novas perspectivas que as administrações públicas eficientes suscitavam, a exemplo do renascimento urbano que já era experimentado ao longo do século XX, que dava às capitais dos países da Europa e da América do Norte assim como de algumas cidades brasileiras novos rumos. Tanto do ponto de vista administrativo como na seara urbana os modelos a serem seguidos eram as experiências urdidas no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que indicavam à tricentenária capital maranhense o caminho a ser seguido onde o mote das intervenções eram oferecer a São Luís feições modernas através de novas formas de administrar e de (re)fazer a cidade mediante a construção de novos edifícios e avenidas, ícones do espírito moderno estado-novista, elementos que Ramos e seus assessores tanto buscavam reproduzir.

**Palavras-chave:** Cidade, Modernização, Burocracia, Intervenção, Urbanidade.

**A década de 1930:** a formação do *ethos* moderno.

A chegada do advogado Paulo Ramos ao Maranhão – um maranhense que vinha de fora e encaixava-se no arquétipo do outsider – representou o implante do ideário moderno que desde 1930 se espalhava pelo país, em maior ou menor grau. A incessante busca pela fundação de um novo paradigma de nação e cidadania, proposto pelos movimentos políticos e culturais desde os anos 1920 foram parcialmente levados a cabo pelos vitoriosos da chamada

---

\* Professor da Rede Pública do estado do Maranhão e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mlcosta89@bol.com.br



Revolução de 30. No contexto de busca pelo novo, as cidades se tornaram símbolos maiores do ser moderno, ganhando importância, em contraposição ao campo, tido como ícone do atraso da República velha. Na experiência de São Luís, o incentivo ao desenvolvimento urbano, contudo deveria estar submisso às características da capital que deveria permanecer no “rol das cidades bonitas do norte” (CIDADE MUSEU. O Globo, 10 jul. 1940: 2).

Entretanto essa renovação era ameaçadora para muitos. Apesar do novo espírito desenvolvimentista, as iniciativas modernizadoras apresentaram-se difusas. A ideia de modernidade proposta pelos dirigentes nacionais possuía atributos renovadores mas também ameaçavam a realidade vivida por parcela da sociedade, uma vez que o ser moderno poderia suscitar aventuras, poder, alegrias, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor — mas ao mesmo tempo ameaçava destruir tudo quanto se possuía; tudo o quanto se sabia e tudo o que eram (BERMAN, 1986). Em cidades como São Luís o processo da modernização (vedete dos jornais e revistas) era paradoxalmente visto como o elemento de salvaguarda dos aspectos tradicionais e ao mesmo tempo como o potencial destruidor das profundas tradições.

O espaço dinâmico da *urbe* estaria sujeito às particularidades das idas e vindas políticas, por isso o processo bem como as consequências da modernização tiveram – e têm – reflexos diferenciados em cada espaço. A aplicabilidade do conceito de modernização possui diferentes escalas, de acordo com as diferenças inerentes às regiões geográficas e às diferentes trajetórias históricas ao redor do mundo,

*(...) segundo critérios mais convencionais, mesmo o modernismo deve ser enquadrado em alguma concepção mais diferencial de tempo histórico. (...) uma vez tratado deste modo, é surpreendente o quanto sua distribuição, do ponto de vista geográfico, é de fato desigual. Mesmo no mundo europeu ou ocidental de modo geral, existem importantes áreas que praticamente não deram origem a nenhum momentum modernista (ANDERSON, 1986: 6).*

As dimensões da urdidura da modernidade são válidas para a compreensão da experiência moderna de São Luís, levando em conta as naturais diferenças que as regiões têm entre si. A experiência da modernidade forjada em São Luís não poderia ser a mesma de outras regiões. Essa perspectiva levou em conta a multiplicidade de modernismos a partir de diferentes contextos.

Em virtude dessas amplas particularidades, o heterogêneo grupo dos intelectuais de São Luís, oriundos em parte do amplo grupo de profissionais liberais atrelados ao poder, eram os principais adventícios desse movimento. Estavam sempre em busca de acomodar a cidade

no que então se entendia como modernização do país<sup>1</sup>. Os intelectuais simpáticos ao ideário modernizante e autoritário proveniente do Estado Novo desempenharam a função de elaborar novos conceitos e terminologias que norteariam a relação da população com os poderes públicos. A fim de promover a almejada nova brasilidade, baseada em uma perspectiva modernista, Vargas e boa parte dos governadores/interventores procuravam apresentar inovações no modo de encarar a política e suas inter-relações (MICELI, 2001), sobretudo com o espaço urbano, a política e a cultura nacional. Apesar disso, com igual maestria, típica dos formadores de opinião do período, escamoteavam boa parte das contradições, os conteúdos autoritários e a violência que os novos tempos anunciavam ao país (HERSCHMANN; MASSEDER-PEREIRA, 1994: 26).

Nesse cadinho deu-se o triunfo do projeto modernizante e autoritário dos anos 1930, operacionalizando as condições para a aplicação de variados projetos de modernização desde o campo político administrativo até a urbanidade e embelezamento das cidades. Executado por diversos atores que buscavam a gênese de uma nova nacionalidade, de um novo *ethos*, “compondo e aperfeiçoando o homem do Brasil” (CAVALCANTI, 1999: 180).

Esses novos saberes, construídos ao longo da década de 1920 e 1930 funcionavam como elementos de resgate das virtudes do subconsciente brasileiro e das tradições mais puras do torrão nacional. Esse período pode ser interpretado como uma fase apresentação de alternativas ao velho modelo liberal agroexportador da Primeira República. Nessa conjuntura os representantes da tradição agra exportadora (embora bastante poderosos) saem da centralidade do espaço público. Em seu lugar entrou na ribalta o novo homem, os operários, as fábricas e a panaceia da modernização que circulava o subconsciente coletivo das cidades, arenas de todas as interações modernas.

O liberalismo foi o fundamento que marcou profundamente a cultura política do pré-1930 em detrimento das características nacioanis. De acordo com a intelectualidade modernista, a história do país demonstrava que até 1930 “tínhamos vivido na ignorância de nossa terra, o que se agravava com a república repleta de liberalismo” (GOMES, 2005: 191). O estado liberal, não apenas “separava o homem do cidadão negando a cidadania aos menos favorecidos, mas também distanciava a cultura do povo brasileiro da política nacional”, (GOMES, 2005: 190) até então marcada pelo hermético liberalismo europeu. Buscava-se

---

<sup>1</sup> Um importante grupo de intelectuais vinculados às carreiras burocráticas do serviço público além de professores, polígrafos, políticos, aliados da “democracia autoritária”, engajaram-se na construção da imagem de um Maranhão moderno sob a égide de Paulo Ramos, destacando-se Nascimento Moraes, Agnelo Costa, Pe. Astolpho Serra, Byron de Freitas, Paulo Cardoso, Vieira Fontes, Miécio de Miranda Jorge, J. Moreira, Francisco Figueiredo e Carlos Cardoso. Cf. COSTA, 2016.

fundar uma perspectiva moderna, onde os direitos “sociais teriam centralidade, a despeito do autoritarismo e dos reduzidos direitos políticos” (CARVALHO, 2012: 27).

Nesse contexto, o chamado modernismo nacional orientava a criação de uma identidade - um *homem brasileiro* idealizado e moderno. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema desde a década de 1930 preconizava essas novas propostas. Para ele era importante apresentar a modernidade como um conceito nacional, e endossar compromisso com a tradição local e nacional (MORAES, 1988: 221).

Ao longo da década de 1930 a tendência modernizante tomou corpo, sobretudo com o escopo autoritário.

*A proposta de fundação de um novo estado, ‘verdadeiramente nacional e humano’ é a grande tônica política dos anos pós-37. A importância e a grandeza desta proposta lhe conferiam o estatuto de um novo começo na história do país. A fundação de uma nova ordem política, com reais potencialidades e aspirações do povo brasileiro significava um autêntico redescobrimto do Brasil verdadeiro (GOMES, 2005: 172).*

De acordo com as lideranças do pós-1930, era necessária uma iniciativa oficial que tivesse como foco a busca pela homogeneidade da nação, em oposição a regionalismos fraticidas. A apreciação de Vargas sobre a organização política dali em diante deixava essa perspectiva clara, conforme divulgou em mensagem oficial à nação: a política nacional “não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos” (BRASIL. DECRETO-LEI nº 87 de 14 de maio 1934).

As iniciativas modernizantes tomadas à luz dos saberes da *intelligentsia* nacional buscavam superar os 40 anos da ‘velha República’. O governo varguista lançou um enclave modernizante, implantado à força em 1930 e 1937 (CAMARGO, 1999: 39). Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte iniciaram um processo, pelo menos no campo teórico, de intensa discussão que norteou boa parte das intervenções aplicadas durante a década de 1930. Os argumentos para a aproximação da técnica industrial e modernidade política e cultural estavam claros uma vez que

*Lúcio Costa afirma que estava convencido, na época, que transformação arquitetônica e social era uma coisa só e que a nova arte só floresceria em um novo regime” (depoimento em 1990). Um ponto básico para Le Corbusier e Gropius era que a arquitetura moderna traduzia um momento de ruptura com a sociedade anterior. O espírito novo estaria situado na indústria e na máquina (CAVALCANTI, 1999: 180).*

Aos olhos da elite varguista o Brasil necessitava dos saberes arquitetônico e urbanístico. Políticas permeadas pelo autoritarismo do Estado Novo e a relação deste com as cidades abriu novas perspectivas que deveriam ser meticulosamente. Paulo Ramos, indicado

por Vargas para ser governador e em seguida Interventor Federal no Maranhão atendia a esses pré-requisitos e tornou-se, ele mesmo o símbolo do regime no estado.

### **O triunfo do moderno:** a chegada de Paulo Martins de Souza Ramos

Para debelar o ciclo de instabilidade política e econômica e a frenética troca de mandatários locais que, grosso modo, teve início com a ruptura de 1930, (com altos e baixos ao longo das administrações de diferentes interventores) foi enviado ao Maranhão, por ordem de Vargas em 1936 o advogado e burocrata Paulo Ramos para substituir o então governador Aquiles Lisboa<sup>2</sup>. Antes da chegada do burocrata, entretanto, a brevíssima passagem do Major Carneiro de Mendonça<sup>3</sup> representou um ponto de virada para nova fase da política local.

Indicado pelo governo federal, o advogado maranhense Paulo Martins de Souza Ramos, natural da importante cidade de Caxias, exercia no Rio de Janeiro importante função no Ministério da Fazenda. Visto por Vargas como uma figura equidistante das querelas políticas que desde 1930 tumultuavam o cenário político local, Ramos foi submetido à avaliação das principais lideranças parlamentares do estado. A resposta foi favorável a Paulo Ramos que foi eleito, por via indireta, de forma unânime pelos 30 deputados da Assembleia Legislativa, no dia 17 de julho de 1936 (BUZAR, 1998: 38).

O novo líder, distante das disputas locais, trouxe em sua bagagem ao estado nova concepção de administração pública, sobretudo no que tocava às cidades, que passaram a ser repensadas enquanto espaços modernos por excelência. A cidade moderna passaria a ser uma vitrine da potencialidade dos novos tempos (OLIVEIRA, 2008: 78). Para os líderes locais era necessário dar maior atenção às cidades e suas demandas, a fim de construir o moderno e de promover as reformas almeçadas nos espaços públicos, mas sempre acatando aos interesses

---

<sup>2</sup> Após as articulações para as eleições de 1934, o renomado médico Aquiles Lisboa angariou apoio de boa parte da classe política tradicional para ser eleito Governador do Estado. Esse momento foi uma espécie de retorno das oligarquias desalojadas, pois mesmo que Lisboa fosse ligado a históricos opositores, estes eram personagens comprometidos com o modelo político da Primeira República, ocasionando uma volta relativa dos agrupamentos políticos pré-1930 que passaram por um breve período de desalojamento. Promulgada a Constituição do Estado em 1935, as disputas continuavam nas searas parlamentar e judiciária. A almejada estabilidade havia durado pouco tempo: as lideranças que formavam a composição que sustentava Aquiles Lisboa entraram em divergência sobre quem deveria ser o prefeito da capital - o governador desejava um nome e a Assembleia outro. Assim o governador passou a sofrer oposição parlamentar severa, ocasionando o agravamento das disputas, uma vez que a oposição entendia que o mandato do governador estaria encerrado com a promulgação da Constituição Estadual. Paralelo à ameaça de impeachment, Aquiles Lisboa se mantinha a frente do governo pela via judicial, contribuindo para a crise se alongar. Entre os anos de 1935 e 1936 a situação de crise se manteve, levando ao Governo Federal a optar por intervir, nomeando, em caráter interino, o major do Exército Roberto Carlos Carneiro de Mendonça, até que uma solução constitucional ou um consenso fosse alcançado (CÂMARA, 2009).

<sup>3</sup> Antes de ser enviado a São Luís, foi Interventor Federal no Ceará, seu estado natal de setembro de 1931 a setembro de 1934. Cf. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto\\_Carlos\\_Vasco\\_Carneiro\\_de\\_Mendon%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Carlos_Vasco_Carneiro_de_Mendon%C3%A7a)>; <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-linhares/ministerios>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

específicos ou coletivos de grupos espacialmente localizados no seio das comunidades. Nesse sentido, não houve, em São Luís assim como em vários espaços, um sentido único do processo modernizador ou movimentos monolíticos em direções únicas, uma vez que tais hegemonias do sentido teleológico moderno pouco resistem a uma leitura mais complexa de quaisquer períodos (AL ASSAL, 2013).

Essa tendência discursiva de valorização das características do passado local se deu primordialmente no final do século XIX e início do século XX. Contudo à medida que os formadores de opinião da cidade se apegavam ao passado e a cidade ficava aquém dos centros mais dinâmicos, do ponto de vista das intervenções urbanas o apego ao passado se reafirmava.

Após a superação das incertezas que campeavam o ambiente político até 1936, surgiu um fio condutor, elaborado à varias mãos e (re)configuradas pelo governador Paulo Ramos a fim de iniciar o processo de modernização do Maranhão e colocá-lo em contato com os novos saberes técnicos e resgatar as supostas tradições do Maranhão. Afinal o trabalho daqueles que assumiram em 1936, tinham como princípio o “reerguimento do nosso estremecido estado”, (MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936) e debelar os desacordos políticos, amparado na disciplina salvacionista e na tese da moralização da política a fim de retomar o *fio de Ariadne* do progresso da terra de “tão gloriosas tradições, de tão antiga civilização” (MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936).

Dentre os diversos atos administrativos com o fito modernizador, a mensagem do prefeito de São Luís indicado por Ramos, o Dr. José Octacílio de Saboya Ribeiro<sup>4</sup>, filho direto da administração estadual foi emblemática: apresentava um esboço das intervenções planejadas além de um novo Código de Posturas alinhado com as teorias modernas de aparelhamento urbano. Esse conjunto de intervenções no centro da cidade foi visto pela crônica como um verdadeiro “tufão urbanístico” (UM TUFÃO. O GLOBO, 4 abr. 1941: 5). Os melhoramentos da cidade, apesar de muito criticada por alguns grupos, foram aos poucos sendo executados, conforme o comentadíssimo “Plano de Extensão e Embelezamento da Cidade” (SÃO LUÍS. DECRETO nº 496 de 14 jul. 1936).

As benfeitorias no centro de São Luís visavam estabelecer um cenário de modernidade que apagasse da memória coletiva a insalubridade da antiga cidade escravista, motivo de vergonha para as classes dominantes (NASCIMENTO, 2004: 76) vistas como necessárias que dariam melhores condições à feição urbana da capital “que jamais recebera qualquer

---

<sup>4</sup> Engenheiro, cearense de nascença, exerceu o cargo de prefeito municipal de São Luís entre os anos de 1936 e 1937. Fez sua carreira profissional no Rio de Janeiro atuando como Engenheiro na Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

remodelação sistemática ou melhoramentos extensivos, e no momento presente, atesta, com os seus graves problemas, a passagem de administrações descontinuadas” (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937).

Mais que um conjunto de ideias a serem, com urgência, executadas na praça, as chegadas de Paulo Martins de Sousa Ramos ao governo foi marcado pela aplicação dessas novas metodologias administrativas com o intuito de organizar uma coalizão para, como dito acima, superar do imobilismo que assolava o estado. A classe política, já instalada nas instituições públicas locais, foi a principal interessada nas eventuais mudanças que viriam a se processar, uma vez que todos tinham em mente a trajetória intelectual e profissional do novo governador, que o aproximava ao arquétipo do tecnocrata.

O tecnicismo, a administração profissional, o suprapartidarismo e a aversão, pelo menos discursiva,<sup>5</sup> às querelas políticas foram basilares para a formulação das representações desse período da história do Maranhão. Os elementos que fomentaram a elaboração derivam da suposta superação do imobilismo pré-1930 e do resgate das tradições locais, assentadas em um passado e não identificado<sup>6</sup>. Ramos trabalhou para resgatar esse arcabouço em conjunto com uma nova racionalidade técnica que poderia ser empregada em setores chaves da administração e que viriam a seguir as determinações do que viria a se tornar o DASP, sobretudo naqueles voltados para a economia<sup>7</sup>. Entre os anos de 1936 e 1937 a aplicação dos

---

<sup>5</sup> Durante a efervescência partidária dos debates preliminares ao pleito de 1938, o então governador Paulo Ramos que se dizia ser apartidário e equidistante das disputas políticas locais ou na esfera federal, a despeito da proximidade que este possuía com Vargas e seu ideário político administrativo. Contudo, para surpresa da classe política local, em agosto de 1937, poucos meses antes do golpe do Estado Novo, Ramos iniciou as tratativas para a fundação do Partido Evolucionista, controlado por ele próprio, com o fito de dar estofamento para um eventual projeto político pessoal. Para viabilizar esse projeto e se valendo da posição de governador, foi realizado durante o mês de setembro o Congresso dos Prefeitos, espaço privilegiado para negociações políticas e cooptações de lideranças regionais. Tal projeto viu-se frustrado em virtude da guinada representada pelo Golpe de 10 de novembro de 1937 e o dispositivo constitucional de extinção dos partidos políticos. (BUZAR, 1998: 40).

<sup>6</sup> O arcabouço tradicional do ser maranhense ideal tem suas bases fincadas nas estruturas agrárias, a tradição nobiliárquica, traços presentes em parte da sociedade brasileira e são-luisense foram predominantes em localidades com fortes vínculos culturais lusitanos. São Luís foi uma cidade que, em boa parte do século XIX, esteve umbilicalmente ligada a Lisboa através de vínculos familiares e econômicos. Essa predominância cultural engendradora ao longo de séculos de presença lusitana ocasionou o estranhamento a toda e qualquer perspectiva que valorizasse as práticas laborais e vinculadas ao tecnicismo. Para além desse traço cultural, magistralmente detectado por Sérgio Buarque de Holanda, os valores entendidos como modernos próprios do *fin-de-siècle* europeu, bem como as variações que se seguiram ao longo do século XX foram aos poucos importados para o Brasil. Em São Luís, suas elites econômica e intelectual, ciosas de sua herança cultural bacharelesca, buscaram adaptar esses valores à lógica local baseada no escravismo e nas heranças diretas dessa prática e na aversão às atividades mecanicistas, ancestrais da rejeição que parte dessa sociedade demonstrou aos saberes técnicos da engenharia e urbanismo nos anos 1930 (BORRALHO, 2009; CORRÊA, 1993; HOLANDA, 1995).

<sup>7</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) órgão de assessoramento diretamente subordinado ao Presidente da República que auxiliava na administração do doravante profissionalizado serviços e negócios públicos. Cf. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>> Acesso em 1 de março de 2017.

preceitos intervencionistas na economia se deu de forma titubeante e pragmática (CORSI, 2000: 33).

As reformas urbanas deveriam integra-se as reformas administrativas e basear a construção de um ideário como via de se alcançar as evoluções científicas da época, através dos novos edifícios modernos. Para o regime era necessário patrocinar a construção dos signos da modernidade, tais como o rádio, o futebol, a nova organização dos serviços de assistência à saúde. As realizações estado-novistas cumpriram a tese de divulgar as potencialidades do país, na visão do o *establishment* de então.

Ramos na qualidade de governador e em seguida interventor federal, (juntamente com os prefeitos de São Luís), mostraram-se fieis a esse ideário na busca de dar à cidade um aspecto moderno em conformidade com as linhas gerais do Estado Novo. Além do novo tipo de governo, suas criações centraram-se nas novas avenidas, novos edifícios e de novas instituições bem como dos espetáculos cívicos.

As iniciativas modernizantes de Vargas estiveram em pauta e seus representantes no torrão timbira buscavam fundar novas fomas de atuação da política no que diz respeito à organização das cidades. Contudo a ideia dos aspectos *tipicos* da cidade colonial era fortes elementos que povoavam a concepção urbana de parcela da cidade. A visão da capital enquanto “pitoresca cidade histórica e colonial” (S. LUÍS, PITORESCA. DIÁRIO DO NORTE, 4 maio. 1938, p. 1), evidenciava o apego de parte da elite intelectual aos temas que remetem à historicidade, à tradição local. Fazia-se necessária a combinação da São Luís histórica com a capital moderna governada por tecnocratas.

Visando congregar visões que transitavam entre a tecnocracia varguista e a valorização da cultura, o gabinete de governo foi composto de forma bastante heterogênea, buscando os quadros das correntes políticas locais. Formada a equipe o governador afirmou esperar cuidar do estado, “fomentando suas fontes de riqueza e levantando sua cultura mental, outrora tão elevada e assegurando aos seus habitantes todas as facilidades e todas as franquias que a civilização e o progresso facultam, dentro das possibilidades” (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 8 de set. 1937). A fala do governador, impondo a si a liderança da hercúlea missão de reestruturação da terra, outrora faustosa, transparece uma incongruência onde a tradição e a preocupação com seu resgate dividiria espaço com as facilidades hipotecadas pelo progresso material que se processava em outras capitais do país.

Para viabilizar essa reformulação do estado, Ramos comunicava à Assembleia Legislativa a importância que dava às suas reformas. Agia em consonância com a prefeitura, visando as melhorias para a cidade mediante a melhoria da arrecadação referente às licenças

do comércio com o “novo regime tributário” (SÃO LUÍS. DECRETO nº 216. 19 dez. 1936). Dizia o então governador: “a fiscalização na arrecadação de impostos tem sido intensificada como possível, dando margem até a revisão dos processos antigos, de despachos cujo trabalho o erário público foi poupado a prejuízos” (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937).

A solução fiscal de questões que desde a primeira década do século XX afligiam aos administradores era efusivamente comemorada, sobretudo no que se referia a recuperação da capacidade de pagamento do estado, tanto no Brasil quanto no estrangeiro. A reforma da contabilidade pública e do sistema tributário (mediante lei estadual aprovada), a resolução das dívidas externa, interna e flutuante<sup>8</sup>, passando pelos empréstimos tomados nos EUA e na Europa, bem como pela criação do Banco do Estado. Esta última iniciativa foi utilizada discursivamente, no sentido de demarcar a reconciliação com o passado regional, localizando no século XIX, o momento em que

*a história de nossa economia apresenta o estado em situação prospera quando servido do braço escravo, atingira seu apogeu da exploração agrícola [...] das suas culturas. O papel que então exerceu, como força propulsora das atividades agrícolas e comerciais, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão, foi dos mais notáveis. Atualmente, que é mais pronunciada a escassez de capitais, é aconselhável o auxílio direto dos pequenos proprietários de terra, a fim de que eles próprios promovam a exploração de sua gleba, com a vantagem e a sedução de maiores lucros [...] Por isso ficou reservado ao Banco do Estado incrementar o desenvolvimento agrário, estimulando as iniciativas, fomentando as atividades do agricultor (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937).*

Outras questões relativas à administração estavam sendo revistas e/ou reformadas, tais como os serviços de estatística e publicidade e o Departamento dos Municípios – órgão responsável por assessorar e fiscalizar a atuação dos prefeitos municipais do estado – pois, segundo Ramos, desde a proclamação da República até o movimento de 1930, as cidades aplicavam suas rendas à revelia dos interesses do governo estado (DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 set. 1937). Eram medidas iniciadas mesmo antes da imposição do Estado Novo que indicavam o norte da administração: contar, publicar e fiscalizar as atividades, fosse elas públicas ou privadas.

No âmbito da publicização dos feitos, a cidade se dividira em entusiastas da modernização e setores séticos a essa dinâmica. Através de manchetes de jornais, parcela da imprensa encampava o discurso da preservação da cidade colonial como aspecto de distinção ante as demais. O discurso oficial, entretanto propunha a modernidade a favor da superação das características da velha cidade tanto administrativa quanto de seus desgastados trapiches,

---

<sup>8</sup> Legislação que estabeleceu novas normas para a contabilidade pública do Estado do Maranhão, embrião do que viria a ser o DASP estadual. Cf. MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936.

pontuando que “os planos para a cidade se referiam para a área que hoje é considerada de grande valor cultural, o principal núcleo urbano da Ilha” (LOPES, 2005: 65).

Tais iniciativas, na visão oficial, dariam à cidade o *status* progressista, atendendo a máxima modernista do Estado Novo, sobretudo na seara urbana. A partir disso, a elite dirigente redimiria a cidade de seu aspecto degradante e atmosfera de desalento. Nesse sentido, o então mandatário estadual, o interventor Paulo Martins de Souza Ramos vaticinou:

*As velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, foram alargadas ou transformadas em modernas avenidas... A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que Urbanismo e Preservação em São Luís lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até bem pouco tempo (LOPES, 2005: 65).*

A palavra modernização estava em voga no discurso administrativo e nos veículos de comunicação. Entretanto havia posicionamentos divergentes às intervenções, que na visão de articulistas locais, eram entedidas como ‘domelições’ das características da urbe: “casas de azulejo ou mirante e sobrados antigos foram demolidos para no seu lugar construir prédios de estilo *bastardo*, rascunhados ao sabor do mais extravagante ou ingênuo espírito de aldeia” (LOPES, 2005: 70).

Assim, percebe-se que o embate, em virtude da ‘onda’ modernizante por qual passava o Brasil durante a de Era Vargas. Os entusiastas da modernização estavam preocupados com a busca do ideal moderno baseado em uma nova identidade, em uma nova cidade (com uma nova vida urbana), que oferecesse o status de nação forte, civilizada e unificada. O governador/interventor expôs a imagem de administrador preocupado com a evolução técnica, moral, cívica do Maranhão. Para esse fim utilizou a ferramenta do autoritarismo livremente. Segundo seus críticos, a hegemonia de Ramos no Maranhão baseava-se, no desenvolvimento no econômico, técnico e educacional e na proeminência dos saberes tecnocratas.

O apoio desses críticos locais era veiculado pela imprensa que via tanto Paulo Ramos quanto Vargas como o arquétipo do “ditador amável” (SERRA, 1998). Na visão dos formadores de opinião, o governo do estado do Maranhão, em sua trajetória (e em seguida autoritário) tomou emprestada a credibilidade dos intelectuais e profissionais detentores dos modernos saberes - no caso o burocrata Paulo Ramos.

*A democracia autoritária mergulhou as suas raízes profundamente no espírito do jovem e operoso governante maranhense e o instrutor dessa nova forma de organização política é o próprio chefe da nação, comunicando-se sem intermediário com o povo, que governa. Assim também no governo regional, emanação direta da administração central, o eminente Dr. Paulo Ramos age, diretamente, em contato com o primeiro magistrado da República, para conduzir o Maranhão aos seus grandes destinos (SERRA, 1998).*

A partir das palavras emitidas pelos intelectuais maranhenses simpáticos ao regime, percebe-se a construção retórica discursiva que classificava o Estado Novo como um tempo de ruptura com as práticas políticas anteriores.

Portanto, o próprio Ramos reiterou seu papel central no processo de modernização da cidade e do estado e, além disso, o sentido modernizador que ele e seus assessores buscaram implantar no Maranhão, assumindo o papel demiurgo. O governador, no fim de sua administração apresentou um sucinto quadro de suas realizações e dificuldades enfrentadas, sobretudo no início de sua experiência como governador-*outsider* e, depois, interventor no Maranhão.

*Estranho à vida política de meu estado fui chamado a dirigir seus destinos em agosto de 1936 [...] após prolongadas e intensas lutas partidárias que culminaram com o afastamento do governo [...] de meu eminente conterrâneo, Achiles Lisboa. Como decorrência desses dissídios, encontrei a família maranhense dividida por acirrados ódios a por da mais angustiada crise econômico-financeira que arrastava o Maranhão a completa falência. Tais lutas de facções haviam desagregado todas as camadas sociais de estado e implantado ali o descrédito que [...] se arrojava além de suas fronteiras, avançando de norte a sul do país. Enfrentei, resoluto a situação desesperadora em que se debatia a minha gleba e iniciei um regime de trabalho construtivo, jamais perturbado pela arbitrariedade ou pela injustiça, pois o meu governo primou sempre em dar [gasalhado] (sic) à equidade e respeitar os direitos, onde quer que se levantasse (sic) ou se ouvisse o seu pregão.[...] E assim, sem desvios, rumou decidido aos seus altos objetivos, pelo engrandecimento da terra e felicidade do povo com a moralidade que tracei aos meus atos (ENTREVISTA. Diário do Norte, 8 abr. 1945, p. 3).*

Mesclada com a cultura e a tradição, essa metodologia modernizadora, daria a marca principal à questão moderna na São Luís daqueles anos. Para além dessa contradição, o chefe da versão autoritária maranhense encontrou o caso de sua liderança nos primeiros meses de 1945, em virtude do início do processo de abertura política e de divergências surgidas com Vargas, relacionadas à formação de blocos hegemônicos em âmbito nacional<sup>9</sup> e resultantes das negociações que viriam a fundar a nova República, no pós-1945, que se basearia em novas premissas.

---

<sup>9</sup> O caso do Estado Novo e os preparativos para a reorganização político-partidária que se avizinhava acabaram por viabilizar o retorno de antigos grupos ao centro decisório da política do Maranhão. Esse processo se deu antes mesmo do fim do período discricionário, a partir da renúncia de Paulo Ramos, amplamente divulgada na imprensa jornalística local, por meio de um manifesto. Esse ato foi provocado pelo não apoio do Interventor à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência, apoiado por Vargas. Segundo o próprio Ramos, essa negativa se deu em virtude da proximidade do general com Vitorino Freire – figura que há muito nutria ambições políticas no Maranhão, conflitantes com as do interventor –, que, por isso, negou apoio à candidatura de Dutra, em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas palavras do interventor, a vitória de Dutra redundaria em prestígio ao pernambucano "Victorino Freire, gratuito inimigo meu", "em detrimento dos vitais interesses da coletividade conterrânea". Parte da imprensa local, notadamente as figuras que endossavam o governo Paulo Ramos, temia a volta de Freire, acompanhado dos seus "capangas" e com os métodos que havia praticado em breve período na década de 1930 (BUZAR, 1998: 46; DIÁRIO DO NORTE, 8 abr. 1945).

## REFERÊNCIAS:

### Páginas de internet:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938350919publicacaoriginal-126972-pe.html>> Acesso em 1 de março de 2017.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto\\_Carlos\\_Vasco\\_Carneiro\\_de\\_Mendon%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Carlos_Vasco_Carneiro_de_Mendon%C3%A7a)> Acesso em 1 de março de 2017.

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-linhares/ministerios>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

### Documentação impressa:

BRASIL. DECRETO-LEI nº 87 de 14 de maio 1934.

SÃO LUÍS. DECRETO nº 496 de 14 jul. 1936.

MARANHÃO. LEI nº 33 de 24 de nov. 1936.

SÃO LUÍS. DECRETO nº 216. 19 dez. 1936.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 6 ago. 1937.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 8 de set. 1937.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Maranhão, 9 de set. 1937.

S. LUÍS, PITORESCA. DIÁRIO DO NORTE, 4 maio. 1938.

CIDADE MUSEU. O Globo, 10 jul. 1940.

UM TUFÃO. O GLOBO, 4 abr. 1941: 5.

ENTREVISTA. Diário do Norte, 8 abr. 1945.

### Bibliográficas:

AL ASSAL, Mariana Boghosian. **Arquitetura e identidade nacional no Estado Novo**: As Escolas Práticas de Agricultura do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013.

ANDERSON, Perry. **Modernidade e Revolução**. In Novos Estudos/CEBRAP, São Paulo. Nº 14, fev. 86.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: Aventura da Modernidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. Tese (Doutorado). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CÂMARA, Cidinalva Silva. Medicina e poder: a trajetória de Aquilino Lisboa e a questão da lepra no Maranhão. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**; Fortaleza, 2009.

CAMARGO, Aspásia. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, Arquitetura e Patrimônio. In. PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 2000.

COSTA, Agnelo. Um notável Conclave na democracia autoritária. In \_\_\_\_\_ (org). **A contribuição maranhense para o Estado Novo**. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.

COSTA, Marcelo Lima. **O projeto de modernização de São Luís nos anos Paulo Ramos (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História 2016.

CORRÊA, Rossini. Formação social do Maranhão: O presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HERSCHMANN, Micael; MASSEDER-PEREIRA, Carlos Alberto. Imaginário moderno no Brasil. In \_\_\_\_\_ **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, José Antônio Viana. **Urbanismo e Preservação em São Luís: A Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, v. 3, n. 1, julho 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 2, 1988.

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. **As alterações no projeto de praças para a conservação de Centros Históricos: O Caso de São Luís do Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2004.

OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. **Arquitetura em São Paulo na Era Vargas: O ArtDÉcor e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, 2008.

SERRA, Astolfo. Um ditador amável. In COSTA, Agnelo. (org). **A contribuição maranhense para o Estado Novo**. São Luís: Imprensa Oficial, 1938.